

## **DUAS LOCALIDADES, DUAS RURALIDADES SUBSUMIDAS AO AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO.**

Marcos Acácio Neli<sup>1</sup>  
Daniel Dias Ângelo<sup>2</sup>

O presente artigo versará sobre duas realidades distantes geograficamente e pertencentes a grande temática do desenvolvimento do campo brasileiro. A primeira, atem-se ao estudo dos trabalhadores da Agroindústria Avícola de Chapecó e preocupa-se em demonstrar a busca pela sobrevivência rural desses desde a criação das aves na pequena propriedade ao trabalho na indústria. Já a segunda, abordará a luta dos camponeses Agrossilvicultores do Projeto RECA – situados numa região fronteira entre Acre e Rondônia – pela construção de uma forma socioeconômica de permanência na terra.

Cada uma dessas perfaz uma ruralidade particular, não somente pelos 3.400 Km que as separam mas também: pelo solo, clima e ecossistema específicos de cada território, por processos de construção histórico-econômicos regionais díspares e mediante as formas sociais tradicionais e/ou colonizadoras diferentemente estabelecidas em cada momento nesses locais. Assim, as primeiras páginas adentrarão em um mundo de cada vez a fim de esboçar o histórico que os forjou, as transformações econômicas perpetradas e substancialmente descrever a forma de subsistência material, ou seja, a vida e a forma de trabalho, através da qual tornam concreto o sonho de viverem para e da terra.

Dessas referidas páginas saltarão aos olhos do leitor, para além das nuances e particularidades; as semelhanças, igualdades e complementaridades desses “dois rurais”, inaugurando assim, uma análise combinada dos mesmos, nas semelhanças e diferenças, capaz de desvelar as reais e concretas leis que os determinam. Somente assim, será possível fazer luz sobre as teias e grillhões que acorrentam tais famílias do campo em formas expropriadas e aprisionadas de vida, causadoras de diversas manifestações de exploração, espoliação e dependência; e por conseguinte, passar a pensar a terra enquanto fator de vida social e não exclusivamente como fator econômico.

Finalmente, o objetivo essencial desses escritos é enfatizar a necessidade de mudança dos paradigmas teórico-metodológicos de compreensão de nosso campo, indo para além da

---

<sup>1</sup> Aluno de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara.

<sup>2</sup> Aluno de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara. Email: prof.danidias@hotmail.com

visão particularista e fragmentária, emergindo das análises estruturalistas e fenomenológicas que afogam o potencial crítico e amputam possíveis soluções e enfrentamentos.

## 1. O PROJETO RECA: A FORÇA SOCIAL NA LUTA PELO CAMPO.

O Projeto RECA<sup>3</sup> (Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) foi fundado em 1989 pela Associação dos Pequenos Agrossilvicultores na região da Ponta do Abunã, divisa de Rondônia e Acre, especificamente na cidade de Nova Califórnia. Local situado à beira da BR-364 no KM 1071, fronteiro por excelência, margeado pelo Amazonas, Acre, Bolívia e dentro de Rondônia (ver Figura 1).



**Figura 1:** Localização do Projeto RECA.

Seus promotores eram oriundos do sul e do nordeste do Brasil, uns e outros deserdados pela política econômica e expropriados pelo desenvolvimento do capitalismo nacional. Os primeiros: gaúchos, catarinenses e paranaenses; expulsos pelo avanço da soja, chegaram no Norte sonhando em lavar a terra, gerar sustento para suas famílias e suprir as próximas gerações. Os segundos, em maioria cearenses ex-seringueiros, desempregados pela bancarrota do Ciclo da Borracha e expulsos da Floresta Amazônica pelos seringalistas e fazendeiros, respiravam o mesmo sonho de viver na região e nela permanecer. Ideal de vida, de luta, de resistência, capaz de unir homens de olhos azuis com mulheres de traços caboclos, com riquezas lapidadas em duras trajetórias forjadas no campo, que no entanto, contou com a participação do Governo Militar de nosso país para se concretizar. Tal governo atuou

<sup>3</sup> Sobre esse tema, BRESLER, Ricardo - *Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento – RECA*- in *Aliança na Redução da Pobreza: Possibilidades e Alcances*, São Paulo, FGV/EAESP, 2001. E MOREIRA, Teresa – org, *Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos*, Brasília, 2003 que discorrem com detalhamento sobre o histórico da formação do RECA.

enfaticamente na abertura da frente amazônica para a migração, de modo que levas de pequenos produtores expulsos pela ingresso do capital estrangeiro no sul para a produção de soja, rumaram em direção à terra prometida. Livre de enganos, tratava-se de uma solução urgente para o concentração de terras no sul e sudeste, de modo a arrefecer a pressão social criada pela expropriação, utilizando a

colonização como alternativa de dupla mão de sentido: em primeiro lugar, para criar uma “válvula de escape” para a pressão exercida pelos expropriados nas regiões de concentração fundiária acentuada; e, em segundo lugar, buscando resolver a escassez de mão-de-obra nas novas áreas ocupadas pelos grandes grupos econômicos, de modo a viabilizar seus projetos. (OLIVEIRA, 1990, p. 92)

Por intermédio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), iniciaram-se projetos de colonização às margens da Rodovia Transamazônica na década de 70. Quanto maiores se tornavam os grandes latifúndios concentrados pelo capital monopolista nas regiões sul e sudeste, mais as tensões e conflitos no campo se acirravam, na viragem para a década de 80. Especificamente em Rondônia, local onde se situam as famílias mencionadas, o referido órgão criou próximo de 79, o Programa Polonoroeste, que destinou recursos para a pavimentação da Rodovia BR-364, Cuiabá – Porto Velho, e para a implantação de vários projetos de colonização. Entre os anos de 73 e 85 o estado recebeu “mais de 110 mil famílias de migrantes candidatos a parceiros nos projetos de colonização do INCRA. Entretanto, desse total apenas 30 mil conseguiram chegar ao lote de terra através do INCRA” (MINC, 1985, p.41 apud. OLIVEIRA, 1990, p.100). A inoperância e negligência eram tão grandes na distribuição das terras que deixou diversas famílias camponesas em situação de miserabilidade. Nas palavras de MINC:

A maior parte dos migrantes que chegaram a Rondônia não conseguiram lotes nem no primeiro, nem no segundo ano. Outros ganharam lotes em áreas sem qualquer tipo de acesso, distantes mais de 100 km das estradas. Tanto num caso como no outro, estes camponeses se instalaram nos lotes já produtivos de parentes ou amigos na qualidade de agregados ou meeiros. (MINC, 1985, p.43).

Além dessa negligência, aqueles que conseguiram adentrar num lote, amargaram o total esquecimento por parte dos órgãos responsáveis, sendo fustigados pela fome ou tendo que migrar novamente. Estavam lançados à própria sorte, sulistas e nordestinos, sem recursos acumulados, distantes das grandes cidades, frente à floresta, assolados pela mortífera malária e pelos não menos letais latifundiários. A primeira solução pensada foi plantar a roça de lavoura branca (milho, arroz e feijão), como economia de subsistência. Contudo, como o clima da Amazônia não era favorável: muito calor, alta incidência de luz, umidade excessiva e

solo precário; tais gêneros não perduraram e todo o roçado se transformou em desmatamento da Floresta Amazônica. Por quase uma década conheceram no cotidiano a pobreza, a precariedade e demais infortúnios da exclusão social e econômica.

Nos últimos suspiros de desespero cogitaram criar uma associação para unir os produtores e reivindicar medidas dos governos e seus órgãos, e pedir ajuda a qualquer um que se dispusesse. Nasceu primeiro a Associação de Produtores Rurais da Linha 5 e, posteriormente, a Associação da Pioneiros. Faziam com frequência reuniões para discutir o que fazer, na Igreja Assembleia de Deus, juntamente com o Pastor Dionísio, também associado da Linha 5. Em uma dessas, surgiu a ideia de replantar as castanheiras, uma vez que o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) aumentava a fiscalização em relação ao desmate, entre as fileiras dela plantariam cupuaçu, pupunha e açaí para o consumo próprio. Assim, esperavam conseguir financiamentos do governo. As tentativas iniciais não tiveram êxito, conseguindo somente sacolinhas para sementes do IBDF, sementes do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e muitos elogios para a ideia e iniciativa. Contudo, outros ventos sopraram mais esperançosos ao conhecerem o bispo Dom Moacyr, da Diocese de Rio Branco, cuja assistência aos produtores foi imediata se comprometendo a encontrar financiadores para o Projeto. E encontrou, apresentou-lhes a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas de Investigações Sociais), os quais participaram na escrita de um projeto mais viável a financiamentos. Dessa dedicação coletiva surgiu o Projeto RECA para reflorestar a Amazônia e ao mesmo tempo promover a existência econômica e social dos migrantes no Abunã. Dois pilares eram seus sustentáculos: o **sistema agroflorestal (SAF)** e o **sistema associativista**.

A partir do sistema agroflorestal, replantava-se espécies nativas da floresta como a Castanha, a Pupunha, o Cupuaçu, o Açaí; e dessa maneira, os colonos associados puderam atuar frente ao problema de duas formas simultâneas, primeiramente consumindo os frutos alimentares e em segundo lugar vendendo parte da produção para o mercado. Um reflorestamento consorciado de espécies nativas da floresta amazônica de maneira adensada, ou seja, unindo e diversificando-as em pequenos espaços. Já o estrutura associativista era a forma de organização política e social muito praticada pelos sulistas, dando coesão ao grupo e resultando numa poderosa força social, maior que a soma das particularidades históricas de cada um, capaz de erguer a lavoura, edificar as casas, construir a igreja, o campo de futebol e a escola como o centro do bairro rural (ver Figura 2, p.5).



**Figura 2:** Primeiros mutirões de preparo dos SAFs.

Tais sustentáculos geraram tamanha coesão e organização ao Projeto RECA, a ponto de despertar o interesse de empresas, inclusive internacionais, como o a entidade holandesa Cebemo, atual Bilance. Essa foi a primeira financiadora do início da produção, destinando 958 dólares para cada família por hectare produzido, sendo que cada uma poderia ter no máximo três hectares. O dinheiro desse financiamento era pago posteriormente pelas famílias em forma de produção. Configurava-se nesse momento uma saída produtiva baseada na submissão do trabalho camponês ao capital, ou seja, uma capitalização do trabalho camponês, onde o próprio capital financiava a produção camponesa e recebia como pagamento a renda da terra contida na produção. Estamos,

pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. (OLIVEIRA, 1995, p.13)

O passo econômico inicial havia sido dado, os sistemas agroflorestais criados e, desse momento em diante viajaram a procura de mercado para a venda dos produtos. Mais uma vez fazia-se fundamental a captação de financiamentos, os quais surgiram através de órgãos do estado como: FNMA, FUNDEC, PDA INPA, EMBRAPA-Acre, PESACRE (Grupo de

Pesquisa e Extensão dos Sistemas Agroflorestais do Acre); ou de organizações estrangeiras como a italiana MLAL (ver Figuras 3 e 4).

### **Instituições Parceiras e Apoiadores**

Instituição	Localização	Descrição
Petrobras	Rio de Janeiro	Patrocínio de Projetos
Emater-RO	Extrema, Califórnia, Porto Velho – RO	Apoio Técnico e cursos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Manaus – AM	Pesquisa dos Safs
Sebrae - RO	Porto Velho – RO	Assessoria e cursos
Senar – RO	Porto Velho – RO	Assessoria e cursos
SEDAM – RO	Porto Velho – RO	Cursos e regularização ambiental dos lotes rurais
Recopa	Rio de Janeiro – RJ	Comercialização
SOS Amazônia	Rio Branco – AC	Educação Ambiental
ACS Amazônia	Rio Branco – AC	Capacitação e certificação dos produtos
Natura	São Paulo – SP	Comercialização e certificação
Banco do Brasil	Rio Branco – AC	DRS – estocagem da produção
IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento)		Certificação Orgânica de produtos
EMBRAPA – AC e RO	Rio Branco / Porto Velho	

**Figura 3:** Lista de Instituições Parceiras e Apoiadores do RECA

O setor privado também foi e permanece presente na concessão de recursos aos produtores, tanto estruturando a produção quanto comprando-a; como é o caso do Petrobrás e da Natura (ver Figura 4, p.7). Da primeira advém patrocínios de projetos responsáveis pela diversificação da produção, ampliação dos SAFs, recuperação dos mananciais e áreas de proteção permanente além da compra de máquinas, transportes e equipamentos. Da segunda se tem a compra dos óleos, de polpas, da manteiga do cupuaçu, bem como investimentos nas agroindústrias e na aquisição de certificações de produtos orgânicos.

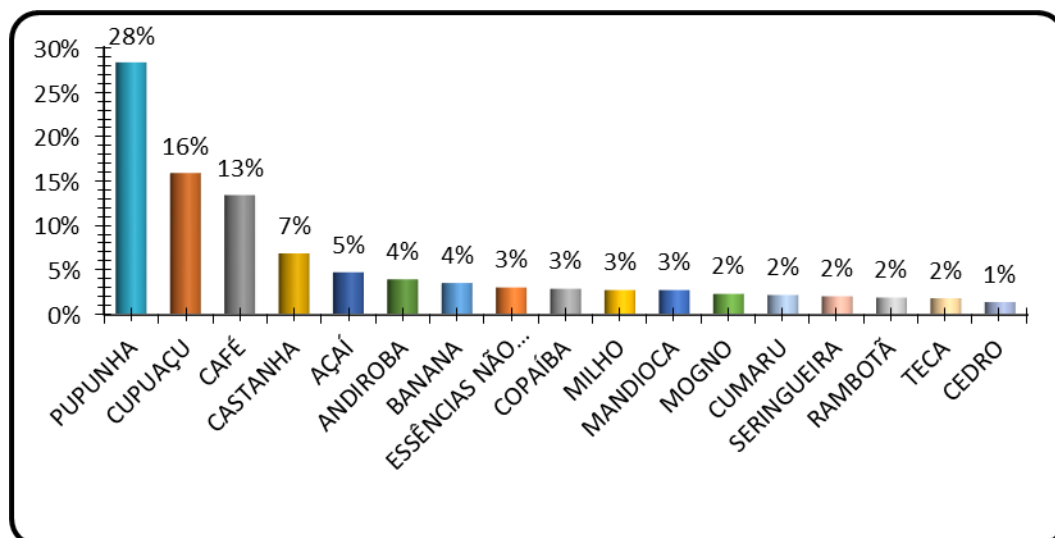
## Principais Projetos Elaborados e Executados

Nome	Instituição Financiadora	Objetivo	Período
Projeto RECA	Cebemo - Holanda	Implantar 400 ha de agrofloresta e beneficiar 200 famílias	1989 a 1993
RECAEFLORA	Fundo Nacional de Meio Ambiente/MMA	Implantar 100 ha de agrofloresta	1996 a 1997
PRODITEC	Projeto Demonstrativo Tipo A – PDA/PPG7 ?MMA	Construção do Centro de Difusão de Tecnologia e intercâmbio com mais de 1500 produtores	1977 a 1988
MLAL	MLAL – Itália	Intercâmbio Técnico e apoio a EFA	2002 a 2005
TAPIRI	UNICEF	Educação Ambiental	1997
Projeto Produzir	Petrobras	Desenvolvimento e Cidadania	
Projeto Fontes Novas – Acertando o Passo	Petrobras	Petrobras Ambiental	2009-2012

**Figura 4:** Principais Projetos Elaborados e Executados pelo produtores.

Tantas incansáveis buscas por financiamentos possibilitaram aos camponeses do RECA transformarem a produção instituindo três agroindústrias para beneficiamento dos frutos, óleos, e palmito; aumento assim o valor agregado a cada um desses. Atualmente, são três agroindústrias: de polpa, de óleos e de palmito de pupunha. A agroindústria de polpa é responsável pelo recebimento, beneficiamento e embalagem da polpa de cupuaçu e açaí. Conta com três trabalhadores fixos e nas épocas de safra emprega aproximadamente trinta diaristas. No ano de 2010 a produção de cupuaçu foi de 1.102.304,00 Kg e a de açaí atingiu a marca de 6.686 Kg. A agroindústria de óleos extrai e beneficia os óleos de castanha-do-pará, cupuaçu e andiroba; dispendo também de mais mão-de-obra nos momentos de safra. É a mais rentável para o RECA, por comercializar com a Natura. A agroindústria de palmito de pupunha conta com o beneficiamento da produção de todos os agrossilvicultores, em média três mil hastes de palmito por dia, gerando uma das mais altas rentabilidades para a Projeto. É o gênero mais produzido, como podemos ver na Figura 5:





**Figura 5** - Percentual das principais espécies cultivadas no RECA

Tamanho empenho no manejo não predatório da floresta fez com que uma nova perspectiva comercial se abrisse à economia dos produtores: o **Desenvolvimento Sustentável**. Perseguiram todas as diretrizes e regras para certificarem a produção, visando o maior valor agregado e mercados mais lucrativos para venda, além de parcerias com empresas e demais compradores de seus produtos beneficiados. Desse empreitada conquistaram em 2010 a **Certificação Orgânica Internacional**. Toda estrutura social (famílias camponesas), agroeconômica (Projeto RECA), produtiva (agroindústrias) em conjunto com a política de desenvolvimento sustentável e a associação, vinha a cada projeto e êxito econômico se transformando. Do ponto inicial: a economia de excedente implementada pelos mutirões e vendida em pequenos mercados; à economia de mercado orgânico preconizado pela Petrobrás e principalmente pela Natura, configurou-se um sucesso econômico grande do ponto de vista mercadológico e da atuação do Estado. O RECA passou a ser procurado por diversas empresas e pelos governos, assumindo lugar de destaque na vitrine do Desenvolvimento Sustentável.

A grande expressão econômica dos cooperados ficou cada vez mais nítida dada a proporção de vendas para a Natura, bem como a ajuda que a mesma destinou a Escola de Formação Agrícola (EFA) “Jean Pierre Mingan”. Isso foi visto em segundo trabalho de campo, em fins de 2012, quando a empresa destinou mais uma quantia para fomentar a escola. Outra evidência que saltou os olhos, a presença de uma empresa de venda e melhoramento genético de sementes chamada Wolf Seeds, cuja filial brasileira se localiza na capital do agronegócio paulista, Ribeirão Preto. Ele apresentou a empresa aos produtores e manifestou a necessidade de comprar dos mesmos 250 toneladas de sementes de uma leguminosa conhecida como Puerária, completando que as 250 toneladas da Amazônia peruana eram



insuficientes. Por fim, o último alarde ao quadro de avanço econômico dos agrossilvicultores foi o êxito de um projeto onde o RECA seria o aglutinador de comunidades próximas mais empobrecidas, formando associações, ensejando o surgimento de alguma produção primária. Tal projeto, denominado Concretizar, foi aprovado pelo BNDS, na ordem de R\$4.490.222,00. O contraste com esse exorbitante valor foi dado ao observar essa fronteira de expansão, região a ser “aglutinada” pelo Concretizar, repleta de pequenos produtores sobreviventes da caça e coleta e de grandes fazendas pecuaristas financiadas pelo governo federal como mostra a figura 7.

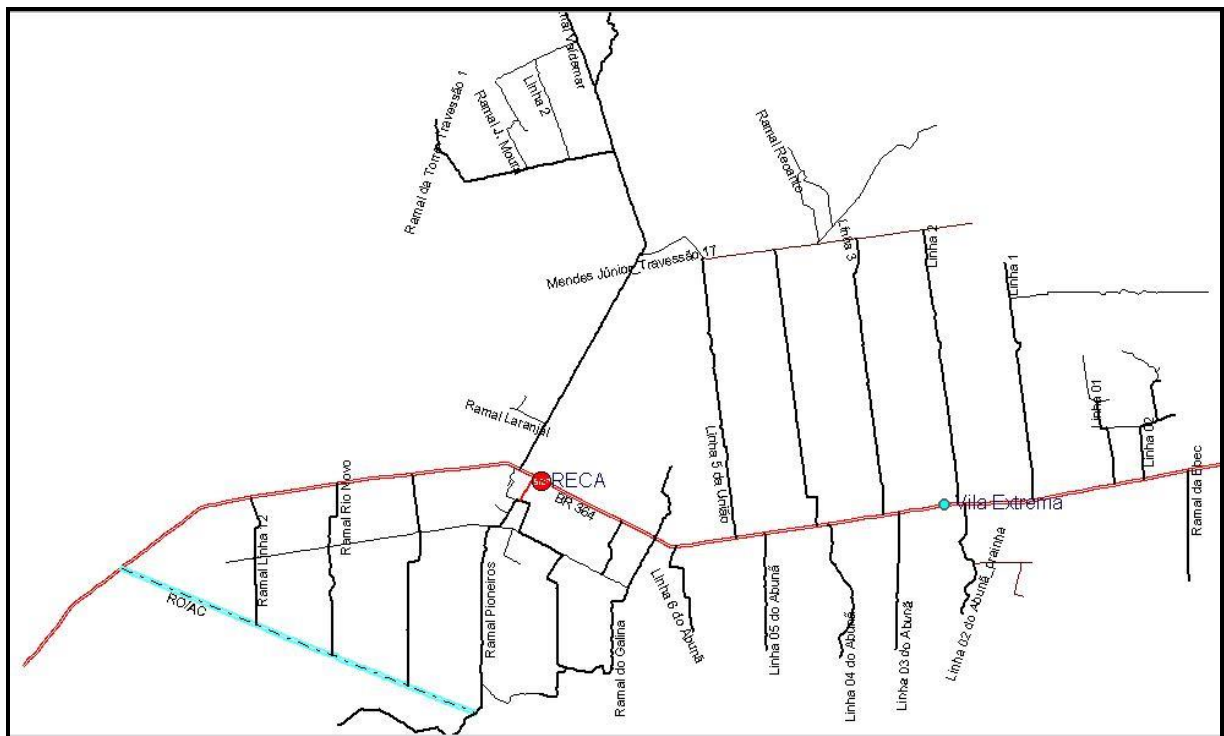


**Figura 6:** Fazenda Pecuarista financiada pelo Banco da Amazônia.  
**Fonte:** “As Famílias Camponesas do Projeto RECA”, de Daniel Dias Ângelo.

O Projeto RECA compreende nos dias de hoje aproximadamente 250 famílias associadas, separadas em 11 grupos diferentes, de modo que cada um se situa em uma ramal diferente e é composto pelos produtores que nomeia um coordenador e um líder (ver Figura 6, p.10). Cada um realiza uma reunião mensal, perfazendo 132 encontros ordinários no período de 12 meses; por vezes um grupo visita e se reúne com outro para troca de experiência. A

coordenação e liderança se reúnem uma vez por mês, perfazendo 12 encontros em 12 meses, e corriqueiramente ocorrem ao menos 06 encontros extraordinários. Tem 01 Assembléia Representativa, 01 Assembléia Geral por ano, e, Extraordinária quando necessário. Isto perfaz 02 Assembléias ordinárias em 12 meses. As representativas têm em torno de 80 participantes e nas gerais cerca de 200 pessoas. Cada grupo realiza pelo menos 02 mutirões por ano, perfazendo 22 mutirões em 12 meses, sendo um para o líder e outro para o coordenador, como forma de pagamento dos dias que empregam a serviço da associação, uma vez que seu trabalho é gratuito. Há também mutirões para sócio doente ou em dificuldade, para construção e reforma de escolas, pontes, estradas, são marcados caso a caso.

Em suma, essa mais que a história das famílias do Projeto RECA é um caminho de luta e resistência, que encontrou na união e na sabedoria de cada uma de suas comunidades a solução para sobreviverem na Amazônia. Um caminho que parte da miséria e pobreza para o sustento advindo da natureza. Em todo percurso houve determinantes históricos, sociais e econômicos, cuja sabedoria e a simplicidade se incumbiram de reconfigurar. Não se trata de famílias portadoras de uma dádiva da solução social e sim de amor à vida rural e a sua própria história. Erros e acertos não os definem, pois a estrada que percorreram é somente enfrentada por seres de carne, osso e coragem.



**Figura 7:** Ramais e respectivos grupos componentes do RECA.

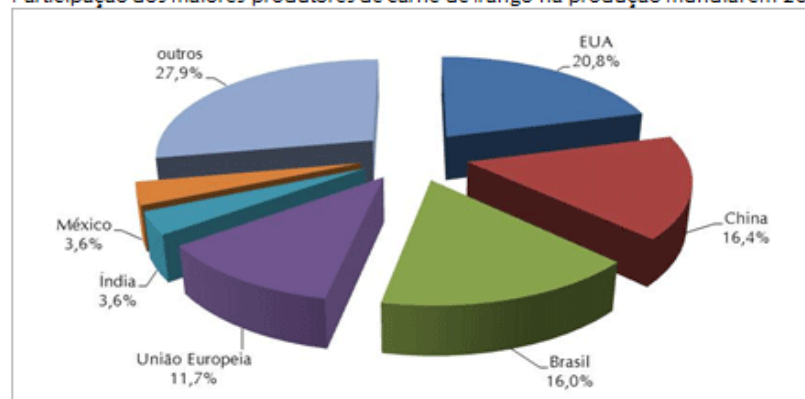
**Fonte:** “As Famílias Camponesas do Projeto RECA”, de Daniel Dias Ângelo.

## 2. A PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA.

De forma geral o processo de produção de aves é realizado através de uma longa e extensa cadeia que conta com os produtores integrados (que criam e vendem as aves, fornecidas pela própria agroindústria, obedecendo aos parâmetros de produção, alimentação e, se sujeitam, ao final, ao preço estipulado pelo mercado); ao transportador e, finalmente o frigorífico. O Brasil é o maior exportador mundial de carne de aves e o terceiro maior produtor mundial.

Gráfico 1: Produção mundial de carne de aves

**Figura 1.** Participação dos maiores produtores de carne de frango na produção mundial em 2011.

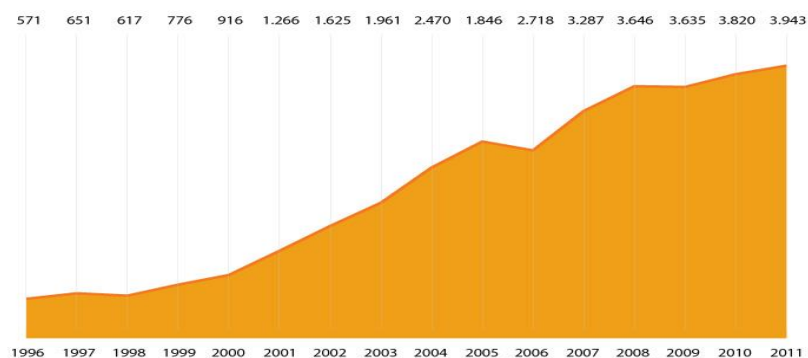


Fonte: USDA/Elaboração: Scot Consultoria – [www.scotconsultoria.com.br](http://www.scotconsultoria.com.br)

Gráfico 2: Exportação brasileira de carne de aves

Exportações de Carne de Frango do Brasil – série histórica mil ton

Fonte: USDA/UBABEF



A reestruturação produtiva no interior das agroindústrias nacionais inicia-se na década de 1990 com a adoção de técnicas de organização produtiva derivadas do modelo japonês, ou toyotista, aliadas a melhorias genéticas das aves, que passam a transformar praticamente toda a alimentação recebida em proteína otimizando, dessa forma, a produção proteica e diminuindo o tempo de abate para aproximadamente 45 dias.

A alimentação das aves, a modernização das granjas e o estímulo à alimentação das aves durante praticamente 24 hs, aliado, ainda, à aplicação de compostos químicos que auxiliam e aceleram o processo de crescimento das aves, fez com que a produção avícola brasileira se transformasse em uma importante fonte de receita de exportações, colocando o Brasil como líder mundial na exportação deste produto desde 2004 (UBABEF – União Brasileira de Avicultura, 2013).

Por outro lado, e menos glamouroso que os números apresentados pela Agroindústria Avícola e suas associações, as condições de trabalho impostas aos trabalhadores envolvidos nesta cadeia produtiva não são as mais adequadas. Ao contrário, pesquisas indicam que o nível de exposição a riscos e a intensidade da jornada de trabalho em sessões em que o trabalho é realizado de forma estritamente manual leva ao adoecimento precoce e, muitas vezes ao afastamento definitivo da vida produtiva.

### **2.1. A agroindústria avícola em Chapecó SC.**

A cidade de Chapecó, localizada na região Oeste de Santa Catarina é considerada a capital da agroindústria brasileira e sua economia é quase que exclusivamente voltada para o agronegócio. Neste município se concentram grandes plantas industriais de abate e processamento de carne de aves e suínos, onde se destacam a SADIA, agora pertencente ao grupo BR FOODS e a Cooperativa AURORA de alimentos. Com uma população estimada em cerca de 230 mil habitantes e com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.790 o que a coloca na 67ª posição entre os municípios brasileiros.

Contudo, apesar do grande potencial de desenvolvimento econômico e social há, por detrás destes números, outra realidade em que pessoas são destituídas de seus espaços rurais e obrigadas a adentrarem no interior dos muros das fábricas de abate e processamento de carnes, onde são exploradas até a exaustão e muitas vezes adoecem pela intensidade e pelo ritmo de trabalho a qual se sujeitam.

A agroindústria de carnes, especialmente a de aves e suínos, trabalha com um sistema de parcerias com os produtores rurais, denominado de integrados. Os integrados são pequenos e médios proprietários rurais que passam a produzir a matéria-prima para a agroindústria, no caso de Chapecó frangos, perus e suínos. No caso da produção avícola, o pequeno e médio produtor rural deve fazer um investimento, nem sempre acessível a todos, para a construção das granjas onde serão criados os pintainhos recebidos da indústria.

A indústria fornece, portanto, a matéria-prima já selecionada e também a alimentação, assegurando dessa forma a qualidade do produto final. Com a garantia da

recompra das aves após o período de crescimento, que no caso do frango é de aproximadamente 45 dias. O valor pago ao produtor é o valor de mercado, não importando se houve quebra na produção ou grande mortandade. Entretanto, em propriedades rurais com características de agricultura familiar e de subsistência, nem sempre as granjas construídas são automatizadas e dispõem de controle de temperatura, luminosidade e alimentação, o que faz com que a família toda seja deslocada para a atividade de manejo e cuidado para com as aves em sistemas de turnos. Além disso, os custos para a construção das granjas, financiadas pelos bancos ou por programas de desenvolvimento rural tiram do produtor parte de sua renda final.

Dessa forma, ao deslocar a família toda para o cuidado das granjas, a família perde a produção de sua subsistência com o cultivo e criação de outras fontes de renda. A renda da terra, agora, desloca-se para a agroindústria que paga o preço do mercado numa produção de risco, em que este é assumido pelo elo mais fraco da cadeia produtiva, o integrado.

Na região oeste de Santa Catarina apenas a empresa SADI, agora pertencente ao grupo BR FOOD, possui cerca de 6 mil produtores rurais integrados o que faz desta região uma das maiores produtoras e processadoras de aves da América Latina. A oferta de empregos na região é ligada diretamente ao processamento agroindustrial ou então em empresas que oferecem serviços ou matérias-primas à essas. Dessa forma, há uma dependência econômica bastante forte da região com relação a essas empresas, o que as configura numa centralizadora de capital e recursos humanos.

Uma vez que o acesso ao crédito para a construção das granjas depende de crédito próprio e, também de que a remuneração obtida pelo produtor ao entregar o produto final variar de acordo com a satisfação das necessidades e das metas de produção impostas pela agroindústria, muitos pequenos e médios proprietários não conseguem se manter na terra e, endividando-se, acabam por ter que deixar o campo e rumar em direção as cidades.

O aumento do número de pequenos proprietários expulsos se configura também em uma concentração cada vez maior de grandes produtores avícolas que, uma vez capitalizados podem investir em galpões e granjas cada vez mais modernos, oferecendo às agroindústrias produtos com maior qualidade num menor período de maturação.

A tragédia maior para essa população rural expulsa do campo pela lógica da produção agroindustrial avícola reside no fato de ter que se sujeitar novamente a ela, agora na cidade como operador de produção nas linhas de processamento e abate de aves. Se por um lado este pequeno produtor rural se desconfigura de sua tradição e de sua origem, na cidade, agora, ele terá que enfrentar um processo de produção que mutila e adocece um grande contingente de operários.

Somados a esse adoecimento físico há outro tipo de adoecimento em que o sofrimento é velado, que não apresenta sintomas aparentes no início e que é negado, muitas vezes, tanto pela empresa como pelos próprios funcionários. Este sofrimento pode ser compreendido à luz das mudanças nos processos de produção oriundos da reestruturação produtiva e da adoção do discurso do trabalho flexível.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática desses dois estudos de caso, faz parte da discussão mais cara às Ciências Humanas voltadas para o campo brasileiro. Pensar na relação entre os agrossilvicultores e as grandes empresas com Natura e Petrobrás, bem como na dos pequenos proprietários e a Agroindústria Avícola, é refletir a respeito da busca atual dos camponeses em permanecerem no campo sem se disporem de terra, mas subsumindo-se ao capital pela circulação. Os imprescindíveis estudos do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, atentam para o estudo do eminente **desenvolvimento do capitalismo monopolista no campo brasileiro**, que na visão do mesmo, expressa-se em suas duas manifestações claras: **territorialização do capital e a monopolização do território**.

A territorialização do capital monopolista pelo campo nacional é um dos processos pelos quais se percebe como o desenvolvimento do capital é contraditório e combinado. Após historicamente tanto separar cidade e campo, urbano e rural, estabelecendo formas particulares de se reproduzir em cada local e muitas vezes contrapondo-os, o capital agora se expressa, ou melhor, expande-se para o campo com base na industrialização da agricultura. Nas palavras do autor já indicado:

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isto quer dizer que o campo e a cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. (OLIVEIRA, 2008, p.474).

Como exemplos fatídicos desse processo de formação das agroindústrias no meio rural de nosso país tem-se: as usinas de cana-de-açúcar, as indústrias de laranja e as beneficiadoras de soja. Em todos esses casos, o capitalista industrial é o mesmo dono das terras e da agroindústria, ou seja, capitalista industrial e capitalista rural são o mesmo capitalista. “Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário de terras, latifundiário portanto”, salienta o mesmo autor. Ser proprietário das indústrias e do latifúndio implica em submeter a agricultura às leis da indústria e logo, o funcionamento do campo segue as diretrizes industriais. E

embora tendo no campo um setor de baixa rentabilidade, lá se implanta, mesmo naqueles setores onde o tempo de produção é muito maior que o tempo de trabalho (a razão estrutural do surgimento do bóia-fria). (OLIVEIRA, 1995, p. 52)

Assim, estabelecem-se não só uma transformação nas forças produtivas como também nas relações de produção, onde o trabalhador será assalariado e contratado diretamente pela indústria especificamente nos momentos de colheita. Não é por acaso que grande parte das greves rurais tem sido feitas nas cidades como ocorre com os bóias-frias. Esse é então, o processo de territorialização do capital monopolista no campo. Contudo, não é o único que garante o desenvolvimento capitalista no meio rural.

Conforme explicitado acima, sendo o tempo de produção maior que o tempo de trabalho, reduz-se a mais-valia, e como

(...) a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação*. (OLIVEIRA, 1995, p.53)

Tem-se aí, a outra forma pela qual ele se expande pelo campo através da monopolizando do território. Diferentemente do primeiro caso, nesse o capitalista se dono da terra não atua diretamente na produção da mesma, repassa a terceiros. Isso ocorre comumente com os sistemas de arrendamento onde o fazendeiro para não dispor de seu próprio capital para preparar a terra e fazê-la produzir, arrenda-a a um camponês sem terra ou pequeno produtor local para no momento da produção cobrar em forma de dinheiro ou produção. Se não proprietário da terra, o capitalista subordina a produção do pequeno proprietário ou camponês, como por exemplo, quando produtores de fumo entregam toda sua produção a multinacionais de cigarro. Nesses dois casos o capitalista industrial se lança a monopolizar o território sem se territorializar, e assim cria, recria e redefine relações não capitalistas de produção no campo, como a produção camponesa.

Fica nítido, através de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o modo contraditório pelo qual o capital monopolista avança pelo campo: de um lado unindo indústria e agricultura e de outro alastrando o trabalho assalariado e reproduzindo o camponês. Ainda diante da riqueza teórico-dialética do autor, faz necessário nos aprofundarmos mais nesse mecanismo de criação e recriação do camponês, nos utilizando de umas de suas passagens:

O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam as matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo). Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 2008, p.478)

Esse é o caráter mais importante e central da monopolização capitalista da terra: sujeitar formas de trabalho não capitalistas, no caso, o camponês. Quando se sujeita o camponês, está



se sujeitando de forma direta a **renda da terra**, ou seja, torna a renda da terra capitalizada. E capitalizar a renda da terra é muito mais lucrativo, pois parte dela refere-se a tudo que foi gasto na produção da matéria-prima, e outra parte, ao trabalho de toda a família do camponês. É com base nesse ponto que Martins verifica um aumento da capitalização do colono em relação ao antigo cativo escravo:

(...) o regime escravista apóia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio. Entretanto, como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não apresenta uma forma pré-capitalista de renda (...). (MARTINS, 1979, p.15-16)

Dizer que, do ponto de vista do capitalismo monopolista, sujeitar a renda da terra é a forma mais lucrativa de se capitalizar o trabalho pré-capitalista, é equivalente a mencionar que o camponês tem uma parte consumidora enquanto o cativo não.

Tamanha relevância da apropriação capitalista da renda da terra na atualidade justifica-se porque sem ela o capital monopolista não conseguiria se expandir e o resultado seria o fracasso do sistema capitalista. Isto é,

A produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1995, p.12)

Em ambos os casos o capital subsumi o trabalho, exatamente no momento em que submete a produção e seus fatores (os insumos, os instrumentos de produção e no caso da produtor de aves a tecnologia) à circulação. Ou seja, deixa a produção das subsistência das famílias, ou melhor, sua garantia de trabalhar na e para a terra, subjugada ao mercado e todos as suas ameaças, dentre as quais a maior delas para tais famílias é a bancarrota econômica e por conseguinte, serem mais uma vez expropriados e terem que degredar.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Os limites da racionalidade econômica. In: \_\_\_\_\_. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2ª. Ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Ed. Unicamp, 1998.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS. 2001. (Síntese Universitária 54).

\_\_\_\_\_. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALVES, Giovanni. O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, SP : FAPESP: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAKUNIN, M. Deus e o Estado. A sociedade ou Fraternidade Internacional revolucionária. In: BAKUNIN: Textos anarquistas. Seleção de Textos de Daniel GUÉRIN. Porto Alegre: L&PM, 2006. P. 40-93.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar 2000<sup>a</sup>.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

\_\_\_\_\_. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.

FLAVIEN, J. e LAJOINIE, A. A União Soviética. In: \_\_\_\_\_. A Agricultura nos países socialistas da Europa. Lisboa: Avante! 1977.

GOHN, Maria da G. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

HIRANO, Sedi. América Latina no novo contexto mundial. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

IANNI, Octavio. Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KROPOTKIN, P. A necessidade da revolução. A próxima revolução. In: \_\_\_\_\_. Palavras de um Revoltado. São Paulo: ícone/imaginário, 2005. P. 33-43.

LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou Revolução. São Paulo: Edições Elipse.

MARCOS, V. de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de recriação e reprodução camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano (CC Território e Campesinato: referências para uma análise geográfica). Anais do XIV Encontro Nacional dos Geógrafos. Rio Branco-AC, UFAC, jul/2007.

\_\_\_\_\_. A Comunidade Sinsei e a (U)topia da produção comunitária camponesa. Geosp. São Paulo: Humanitas. N. 2, p. 41-47. 1997.

\_\_\_\_\_. A construção do território camponês entre velhas e novas utopias. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, mar/2005. P. 8523-8542.

MARTINS, José de S. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

\_\_\_\_\_, José de S. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Editora Hucitec. 1989.

\_\_\_\_\_, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1981

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1 (tomos 1 e 2). Cap. 1: A mercadoria (itens: 1. Os dois fatores da mercadoria; 2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias; 4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo); Cap. 4: Processo de trabalho e processo de valorização; Cap. 21: Reprodução simples.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, FASE: 1989.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Editora Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: \_\_\_\_\_. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. 1991. P.45-72.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org.). Geografia do Brasil. 5ª Ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB. Ano 19, vol. 21, n. 21, p. 113-156.

PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SADER, Emir. Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

VELHO, Otávio G. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982